

O MERCOSUL em seu labirinto: desafios da Integração Regional

Prof. Dr. Marcos Antonio da Silva¹

Prof. Dr. Guillermo Alfredo Johnson²

Anat6lio Medeiros Arce³

Resumo

O presente trabalho analisa o MERCOSUL, seus limites e potencialidades para o seu aprofundamento. Neste sentido, discute as caracteristicas principais do sistema internacional e como estas limitaram o processo inicial de integrao regional, impulsionando uma visao econ6mica-comercial. Em seguida, analisa o desenvolvimento posterior do bloco, demonstrando que h3 avanos no que se refere a superaao da visao mencionada e de sua institucionalizaao, no entanto, alguns dilemas continuam persistindo. O futuro do bloco est3 associado a superaao destas limitaaoes.

Palavras-Chave: MERCOSUL; Integrao Regional; Bloco Econ6mico.

Introduoao

“Buscamos la solidaridad no como un fin sino como un medio encaminado a lograr que nuestra Am3rica cumpla su misi3n universal” (Jos3 Mart3).

“Yo no quer3a pasar a la historia sin haber demostrado, por lo menos fehacientemente, que ponemos toda nuestra voluntad real, efectiva, leal y sincera para que esta un3n pueda realizarse en el Continente. Pienso yo que el a3o 2000 nos va a sorprender o unidos o dominados” (J. D. Per3n).

O MERCOSUL 3 resultado de um processo que se inicia a partir da converg3ncia pol3tica de dois pa3ses, Argentina e Brasil, ampliando-se

¹ Doutor, Professor de Ci3ncia Pol3tica do curso de Ci3ncias Sociais da UFRN e membro do Laborat3rio Interdisciplinar de Estudos sobre Am3rica Latina (LIAL).

² Doutor, Professor de Ci3ncia Pol3tica do curso de Ci3ncias Sociais da UFGD e do Mestrado em Geografia, coordenador do Laborat3rio Interdisciplinar de Estudos sobre Am3rica Latina (LIAL).

³ Mestrando do Programa de P3s-Graduaao em Hist3ria da UFGD e membro do Laborat3rio Interdisciplinar de Estudos sobre Am3rica Latina (LIAL).

posteriormente com a adesão de Paraguai e Uruguai e se formaliza com a assinatura do Tratado de Assunção, em março de 1991. Desde o início, o MERCOSUL foi marcado por inúmeras expectativas, oriundas das possibilidades internas que o bloco apontava como o fortalecimento da democracia e a possibilidade de estabelecimento de um novo padrão de desenvolvimento e das possibilidades de inserção internacional da região, derivadas da credibilidade política e do desenvolvimento do comércio intra e extra bloco.

Depois de duas décadas de existência, na verdade de 21 anos de existência formal, um balanço objetivo do MERCOSUL, que não seja demasiado otimista ou pessimista, revela um *êxito relativo* e inúmeros desafios para a consolidação do processo de integração regional.

Isto se deve em grande medida ao fato de que os sucessos até aqui alcançados e elencados pela literatura (aumento do comércio, presença internacional, coordenação econômica, entre outros) são maiores quando comparados aos fracassos e limitações (ausência de instituições sólidas, disputas internas, inconstância na integração...). No entanto, tal êxito relativo não pode ofuscar as dificuldades de consolidação e aprofundamento do processo de integração, bem como, os inúmeros desafios que persistem no campo político (frágil desenvolvimento institucional e representação política limitada) e societal (a ausência de uma cidadania mercosulina e do desenvolvimento de políticas públicas amplas e coerentes) e os constantes desencontros entre os seus membros.

Este trabalho procura realizar um balanço, ainda que não exaustivo, dos avanços e limites do MERCOSUL, apontando que o dilema atual é entre amadurecimento (e, portanto, aprofundamento) ou manutenção das fragilidades (portanto, manutenção da dinâmica da crise). Para tanto, analisamos num primeiro momento o contexto internacional e seu impacto na criação e início do processo de integração regional. Em seguida, realizamos um prévio balanço dos avanços e retrocessos (ou limites) do bloco. E, finalmente, elencamos uma série de desafios que limitam o aprofundamento da integração regional e que parecem constituir um verdadeiro labirinto deste processo.

Integração em tempos de globalização: condicionantes externos

O contexto de construção do MERCOSUL e os primeiros momentos de existência foram marcados pela afirmação e apogeu do neoliberalismo, face visível do capitalismo contemporâneo.

Esta nova face do capitalismo contemporâneo, baseada na articulação dos interesses do capital monopolista com o financeiro, consolidando o "cassino global" na expressão de R. Kurz fundamentou-se em três aspectos: uma dinâmica mais favorável às mudanças tecnológicas e da rentabilidade, a criação de renda em favor das classes mais abastadas e a redução da taxa de acumulação (LEVY e DUMÉNIL, 2007).

Para tanto, o capitalismo atual, fundamentou-se num conjunto de objetivos que, como aponta Casanova (2005, p. 11), podem-se ser sintetizados da seguinte forma:

A globalização neoliberal iniciada no fim do século XX também teve como objetivos centrais: a privatização dos recursos públicos; a desnacionalização das empresas e patrimônios dos Estados e povos; o enfraquecimento e a ruptura dos compromissos do Estado social; a "desregulagem" ou supressão dos direitos trabalhistas e da previdência social dos trabalhadores; o desamparo e a desproteção dos camponeses pobres em benefício das grandes companhias agrícolas, particularmente as dos Estados Unidos; a mercantilização de serviços antes públicos (como a educação, a saúde, a alimentação, etc.); o depauperamento crescente dos setores médios; o abandono das políticas de estímulo aos mercados internos; a instrumentação deliberada de políticas de "desenvolvimento do subdesenvolvimento" com o fim de "tirar do mercado" globalizado os competidores das grandes companhias.

Ainda, como aponta Borón (1999), a hegemonia política do neoliberalismo promoveu modificações nas estruturas e na atuação política, entre elas: a) promovendo a mercantilização de direitos e prerrogativas sociais, que passaram a ser percebidos como bens e serviços, portanto, analisados sob a ótica do Mercado; b) gerando um processo de culpabilização e satanização do Estado que passou a ser responsabilizado como pela ineficiência e retrocesso, enquanto o Mercado era exaltado como o lócus das atividades benéficas; c) criando uma nova sensibilidade e mentalidade social ("a manufatura do consenso" na visão de Chomsky) que aponta o capitalismo (e seu modo de vida) como único horizonte histórico possível e o consumismo como a medida do bem-estar e da existência humana; d) convencendo amplos setores de que não há a existência de alternativas viáveis ao capitalismo, impondo um programa e naturalizando as desigualdades e outras consequências da expansão imperialista.

Em suma, estes elementos, ainda presentes na realidade contemporânea, mesmo com o fracasso econômico do neoliberalismo, contribuíram para que a atual ordem capitalista passasse a ser percebida como uma “ordem natural” e como tal aceita como a única possível, pois:

A operação ideológico-cultural fecha hermeticamente o círculo aberto pela ofensiva econômica e política do grande capital: não apenas se diz que a escravidão do trabalho assalariado não é assim, mas que é a ordem natural das coisas, como, além disso, é rejeitado como ilusórias fantasias todo discurso que se atreva a dizer que a sociedade pode se organizar de outra maneira (BORÓN, 1999, p. 12).

Ainda, vale ressaltar que tal contexto foi determinado pelo que Guimarães (2000, p. 28) denomina de consolidação das **Estruturas Hegemônicas** que:

(...)é mais flexível e inclui vínculos de interesse e de direito, organização internacionais, múltiplos atores públicos e privados, a possibilidade de incorporação de novos participantes e a elaboração permanente de normas de conduta; mas, no âmago destas estruturas, estão sempre Estados nacionais.

Portanto, tais estruturas serviriam para abarcar complexos mecanismos de dominação, sob ação coordenada de diversos atores hegemonzados pelo capital e desenvolvem diversas estratégias (políticas e ideológicas) para a manutenção do *status quo*. A primeira refere-se à *política de expansão das agências internacionais* (ONU, OTAN, OMC, FMI, G-7...) que procuram normatizar as relações políticas e econômicas determinando o que é permitido e legal tanto no plano internacional como doméstico. Desta forma, passam a ter legitimidade política de monitoramento de governos e organismos em todos os cantos do planeta e a condenação, sob o aspecto da legalidade e legitimidade, de práticas alternativas. Neste sentido, “não constitui nenhuma novidade que organismos multilaterais regionais sejam utilizados como mecanismos de legitimação da ação estatal internacional do ator hegemônico” (VILLA, 2003, p. 56).

A segunda estratégia, baseada na cooptação e fragmentação, consiste *na inclusão de novos atores como sócios menores*, isolando (e condenando) eventuais contestadores ou apoiando demandas que fragmentam a coesão nacional ou a percepção de que determinadas demandas são convergentes.

No entanto, a terceira, e neste caso mais importante, estratégia das estruturas hegemônicas é a *geração e a difusão de ideologias*, em geral apresentadas como neutras, imparciais e objetivas, portanto, verídicas e verossímeis. Novamente, as

agências internacionais se constituem no espaço de geração e legitimação das mesmas, apresentando modelos e propostas que devem ser incorporados por todos. Ainda nesta estratégia, verifica-se que o processo de formação das elites (políticas e econômicas, principalmente) é organizado a partir da difusão cultural e de um conjunto de medidas (bolsas, visitas, cursos, palestras...) que colonizam o desenvolvimento do conhecimento ao apontar como referência fundamental (geralmente única) nas diversas áreas autores e conceitos simpáticos a ordem capitalista. Finalmente, a difusão ideológica é amplificada pelos meios de comunicação, refratários ao pensamento crítico, que naturalizam o modo de produção capitalista, influenciando padrões de comportamento e gerando uma visão de mundo conformada á realidade existente, como aponta Guimarães (2000, p. 29):

(...)as estruturas hegemônicas vem procurando consolidar sua extraordinária vitória ideológica, política e econômica por meio da expansão de sua influência e ação em todo o mundo, em especial sobre os territórios que estiveram, até recentemente, sob organização socialista e sobre aqueles territórios da periferia aos quais haviam elas taticamente permitido “desvios” de organização econômica e política no período mais acirrado da disputa com o modelo socialista alternativo.

Em suma, neste contexto em que predominava uma visão mercantil e de hegemonia avassaladora do capital em diversos planos (econômico, ideológico, político...) as perspectivas de desenvolvimento do MERCOSUL estavam limitados pelo horizonte neoliberal. Neste sentido, também Cervo (2008, p. 153) aponta que:

A mais sólida e longa experiência de integração com a qual envolveu-se profundamente o Brasil, o Mercosul, espelha esse dilema de função diante das forças da globalização: em sua gênese, entre os doze protocolos de 1986 firmados entre Brasil e Argentina e o Tratado de Assunção, de 1991, o processo de integração do Sul orientou-se simplesmente pelos objetivos do desenvolvimento visto como etapa do processo histórico, entre esse tratado e o fim dos governos neoliberais, em 2002, desviou-se para o objetivo comercialista; desde Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner, em 2003, tende a tornar-se integração macroeconômica, com ênfase produtiva.

Desta forma, o contexto internacional condicionou o caráter inicial do bloco e, certamente, influenciou seu desenvolvimento inicial em que predominou uma integração de corte econômico-comercial, marginalizando as dimensões políticas e sociais e

contribuindo para o desenvolvimento errático que a integração regional enfrentará desde então.

O Tratado de Assunção e outros protocolos: o labirinto da integração

Dentro de tal contexto foi formalizado o processo de integração regional com a assinatura, em 1991, do Tratado de Assunção. Tal tratado impôs uma série de limitações ao aprofundamento da integração regional.

Como aponta Nardin (1987), citado por Vigevani e Oliveira (2001), para a análise dos processos de integração deve-se levar em consideração o caráter do bloco em questão. Neste sentido, a integração regional pode ser compreendida como um processo que se realiza com base em dois objetivos distintos: por um lado, um bloco pode se constituir como uma associação de objetivos ou, por outro, como uma associação prática.

No primeiro caso, isto implica o desenvolvimento de um objetivo em comum, partilhado por todos os membros em igual medida, conduzindo ao aprofundamento do processo, mesmo que isto implique em certos sacrifícios, em nome de um objetivo mais elevado que, afinal das contas, seria mais importante para cada um deles. Em nome deste objetivo, as dificuldades que poderiam aparecer, como as crises conjunturais (ainda que profundas) não impediriam a continuidade e o aprofundamento do processo, consolidando-se com base nos interesses comuns às sociedades que o compõem (trata-se, portanto, da criação de uma *weltanschauung*, ainda que parcial).

Já o segundo modelo, uma associação prática, refere-se à necessidade de convivência conjunta, porque vizinhos ou semelhantes, que se desenvolve com base em relações estimuladas por necessidades reais, porém sem uma perspectiva comum forte, possibilitando sua desagregação na medida em que as condições para tal associação desapareçam ou percam sua importância. Esta torna-se uma questão fundamental, pois como aponta os autores:

(...)é o mesmo que dizer que a comprovação ou não do êxito da integração pode traduzir-se na verificação de que o processo de sua constituição consolida valores comuns, ou, ao contrário, apenas constitui uma associação prática de conveniência, ainda que sólida. Mesmo no segundo caso haveria objetivos compartilhados, mas não uma perspectiva comum forte (VIGEVAANI e OLIVEIRA, 2001, p. 4)

Neste sentido, podemos apontar que as dificuldades e os desafios que o MERCOSUL enfrenta, *referem-se à resposta insatisfatória*, para não dizer inexistente, *sobre qual dos modelos deveria orientar o processo de integração*. Isto implica que, até aqui, os países-membros do bloco não conseguiram definir em nível estatal, menos ainda em âmbito societal, a natureza da integração e que as dificuldades de aprofundamento deste processo são derivadas da ausência ou da volatilidade de definição em relação a esta. Em suma, o MERCOSUL ainda enfrenta dificuldades para definir-se como uma associação de objetivos ou de interesses, geradas pelas diferentes percepções e ações dos seus membros em relação à natureza do processo de integração em curso.

Em segundo lugar, *determinou uma centralidade das questões comerciais (econômicas) como fundamento da integração*, pelo menos em seu período inicial, como já mencionamos anteriormente. Considerando tais aspectos, visualizados na pretensão limitada da integração (bloco comercial) e na limitação dos espaços políticos e públicos presentes no Tratado, pode-se constatar que o impacto da globalização e do predomínio de uma ideologia (neo)liberal que enfatizava a dimensão econômica da vida social, deram primazia aos temas econômicos, em detrimento de outros aspectos, conduzindo ao que Gerardo Caetano denominou, de forma emblemática, como o período do “Mercosul Fenício”.

O terceiro, e último, aspecto que podemos destacar é *o caráter intergovernamental do bloco e a notável ausência de um arcabouço institucional e mecanismos de participação política e de elementos de supranacionalidade*. Neste sentido, como aponta Caetano (2007), a análise do Tratado de Assunção demonstra que este foi marcado pela presença de instituições intergovernamentais de baixa intensidade e que possuíam as seguintes marcas: interpresidencialismo, caráter intergovernamental dos órgãos decisórios, acordos que se mostraram como “atos ilegais incompletos”, pois requeriam a aprovação dos respectivos parlamentos, e a ausência de um órgão jurisdicional autônomo.

Sendo assim, grande parte desta incerteza é derivada da constatação de ausência de um arcabouço institucional sólido que possa solucionar de forma eficaz as controvérsias entre os países e de gerar uma identidade e atuação que seja, efetivamente, supranacional. Assim, os inúmeros desafios políticos que o bloco enfrenta estão à excessiva concentração de poderes, portanto a dependência, nas mãos dos presidentes (o denominado hiperexecutivismo) e a ausência de múltiplos atores, como a

sociedade civil e os parlamentos das regiões envolvidas que dificultam o aprofundamento político-institucional do bloco. Segundo Caetano (2007, p. 174):

(...)em que pesem os progressos alcançados na matéria, persistem vários traços de déficit democrático no funcionamento cotidiano do bloco, com impactos negativos não só na legitimidade do processo como na sua eficácia nos planos econômico-comercial e de articulação de políticas.

Os aspectos elencados acima nos conduzem a constatação da persistência de um Déficit Democrático no plano político e social, como causa importante, talvez fundamental, da dificuldade de superação dos limites e das crises a que se viu submetido nos últimos anos.

De qualquer forma, o MERCOSUL alcançou, como mencionamos no início, um *êxito relativo*. Neste sentido, como aponta Cervo (2008) um balanço equilibrado da integração regional, revela êxitos e fragilidades até o presente momento.

No caso dos êxitos, sem a pretensão de esgotar o tema, que o bloco propiciou: uma empatia das inteligências (consolidando a convergência do pensamento argentino e brasileiro); a consolidação de uma zona de paz na região; uma expansão do comércio intrazona; o estabelecimento de um sujeito do direito internacional com capacidade de negociação; o estabelecimento de uma imagem externa positiva; e, finalmente, o impulso a constituição de uma unidade política, econômica e de segurança da América do Sul (CERVO, 2008). Ainda poderíamos agregar a manutenção e o fortalecimento da democracia na região e sua área próxima, bem como, certa dose de resistência a uma inserção subordinada, como se viu na discussão da ALCA.

Quanto às fragilidades, poderia se destacar: visões de mundo e políticas exteriores não convergentes; ausência de coordenação macroeconômica; comércio conflitivo, integração assimétrica; incompatibilidade monetária e cambial; união sem instituições comunitárias (CERVO, 2008). A isto, poderíamos agregar as dificuldades no campo político (já mencionadas) e social, tratadas por farta literatura. Destas emergem o labirinto do processo de integração demonstrando que, apesar dos avanços significativos, há ainda um longo caminho a percorrer para que o bloco se consolide definitivamente.

MERCOSUL atual: o início da maturidade?

Como considera Camargo (2005), um balanço adequado dos rumos da integração regional aponta que, politicamente, apesar dos percalços, o MERCOSUL contribuiu para consolidar uma perspectiva democrática na região e, elencar as potencialidades políticas do bloco. Segundo a autora:

Paralelamente, em termos políticos, a idéia de democracia foi reforçada no contexto do MERCOSUL, uma vez que, transcendendo as fronteiras de cada país-membro, esse princípio foi incluído no Protocolo de Ouro Preto tomando a forma de uma cláusula democrática regional que, lançada pelos governos argentino, brasileiro e uruguaio, tinha como endereço o Paraguai, onde uma crise política de grandes proporções antecipava um golpe de caráter militar. Dessa maneira, apesar dos fatores negativos já mencionados, o avanço comercial e político alcançado nos anos 1990 permitia acreditar na possibilidade de que, por meio do MERCOSUL, seria possível a criação de um espaço coeso, integrado, economicamente e politicamente, no Cone Sul (CAMARGO, 2005, p. 27).

Além disto, o aprofundamento (portanto, a maturidade) do MERCOSUL só irá ocorrer a partir da superação dos desafios que o bloco enfrenta. Tais desafios podem ser percebidos nas seguintes dimensões.

No que se refere às *questões sociais*, apesar da criação do Instituto Social do Mercosul em 2009, é fundamental aprofundar o fortalecimento das comunidades sociais e da cidadania, o que implica o desenvolvimento de políticas públicas coerentes e coordenadas para a superação dos problemas sociais que afetam, de forma diversa, os integrantes do bloco. Como aponta Draibe (2005, p. 28):

(...)por outro lado, no plano estratégico, o MERCOSUL opera com uma *estratégia maximalista da dimensão social*, referida aos objetivos da integração, mas ao mesmo tempo, com uma *estratégia minimalista de políticas sociais*, uma vez que abdica de trazer para o campo da integração social o debate e a proposição de modelos de desenvolvimento econômico e social que pudessem sustentar, mais adequadamente, um efetivo processo de constituição de uma cidadania social nova e coesa.

No *âmbito político* há inúmeros aspectos fundamentais. A ampliação do bloco e de sua capacidade de interlocução no cenário internacional, inclusive no sentido de superar os limites da ideologia neoliberal. O aprofundamento do conjunto de iniciativas presentes no MERCOSUL Cidadão, considerando a ampliação dos espaços de participação política

e o desenvolvimento de uma consciência mercosulina. Ainda, o aprimoramento do arcabouço institucional, com especial destaque para o Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL), que pode (e deve) se constituir num espaço de representação efetiva dos interesses populares, o que só vai ocorrer com o cumprimento dos mecanismos de seu protocolo de instalação, como as eleições diretas e regionalizadas e a superação de seu caráter consultivo; e construção e fortalecimento de um aparato jurídico, dotado de capacidade efetiva para dirimir os conflitos entre os estados. Neste sentido, como afirma Caetano (2001, p. 2-3):

(...)la integración no existe, en tanto política y gestión estatales democráticas (y no aludimos ahora a deseabilidad sino a la eficacia sociopolítica), mientras no la sancione el Legislativo. Al hacerlo, éste se liga a ella en términos de compromiso y de significación histórica.

Finalmente, mas não menos importante, no *âmbito econômico*, apesar do aprofundamento de trocas comerciais no bloco é necessário à superação de inúmeros entraves. O grave problema das assimetrias econômicas (e outras) deve encontrar um tratamento adequado para não se tornar refém do FOCEM que é insuficiente para a solução das mesmas. Ainda, o fortalecimento da ação estatal coordenada de forma a promover desenvolvimento econômico e social, superando uma visão economicista. E, fundamental, desenvolver mecanismos de superação do receituário neoliberal, encontrando formas alternativas de superar o neoimperialismo contemporâneo, promovendo mecanismos de igualdade e justiça social.

Ainda, no *plano internacional*, faz-se necessário uma formulação e condução adequada do processo de ampliação do bloco, de construção de relacionamento maduro com novos arranjos regionais (Alba, Unasul...) e do fortalecimento de ações conjuntas no que se refere aos fóruns multilaterais e a relação com outros blocos ao redor do planeta. Em suma, como aponta Cervo (2008, p. 166):

A evolução do MERCOSUL para a maturidade ocorre no início do século XXI e inclui aspectos que serão tratados a seguir: consolidação institucional e jurídica, consolidação das relações intrazonais; ampliação para a América do Sul; enfim, relações com outros blocos e países.

Considerações finais

Ao longo de sua existência, o MERCOSUL foi marcado pela oscilação entre o otimismo e o esgotamento. Uma dinâmica em que, devido a inúmeras crises, por vezes parecia conduzir ao seu esgotamento. No entanto, como procuramos demonstrar a integração regional persiste e se renova, apesar das limitações.

Desta forma, um balanço equilibrado revela que o bloco conquistou um êxito relativo em que, apesar das limitações, ainda pode desempenhar um papel considerável nas relações regionais, desde que os problemas (alguns persistentes) encontrem uma solução viável e permitam o aprofundamento do processo de integração. É nisto que consiste o labirinto do MERCOSUL,

Tal labirinto relaciona-se ao desafio secular dos países latino-americanos de realizar uma inserção internacional soberana e afirmativa e de promover o desenvolvimento econômico e social de suas sociedades, que se repõe constantemente.

Como apontamos o impulso inicial da construção da integração regional, foi condicionado pelo contexto internacional e a hegemonia fugaz, mas profunda, do receituário neoliberal. Neste sentido, predominou uma lógica econômico-comercial que retomou os dilemas de tentativas fracassadas ao longo do século passado. Neste novo século, inúmeros elementos (fragilidade da hegemonia americana, crise econômica na Europa e EUA, emergência de novas potências, alianças Sul-Sul...) parecem apontar para uma nova dinâmica neste cenário. Tal cenário traz desafios, mas também apresenta novas possibilidades que, se exploradas, podem contribuir para o aprofundamento do processo de integração.

Ainda, tal labirinto está associado aos desafios que elencamos de cuja superação depende sua efetiva consolidação. Neste sentido, procuramos destacar que o futuro do MERCOSUL está associado à capacidade de superar desafios articulados em quatro dimensões (política, social, econômica e internacional), possibilitando o aprofundamento da integração retomando a lição de Monnet que afirmava deve procura “não aliamos estados, unimos homens” (Monnet, 1986). Apesar de difícil, consideramos que a superação destes desafios e o aprofundamento da integração regional constitui-se numa possibilidade que, certamente, determinará o papel da América Latina no cenário internacional no século XXI.

Referências

- AMIN, S. O Imperialismo: passado e presente. **Revista Tempo**, Niterói, v.9 , n. 18, jan./jun. 2005.
- BORÓN, A. Os novos Leviatãs e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e a decadência da democracia na América Latina. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-Neoliberalismo II. Que Estado para que Democracia?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- CAETANO, Gerardo. Mercosul: Quo vadis? In: **Diplomacia, Estratégia e Política**, Brasília, n. 5, jan./mar. 2007.
- _____. La consolidación institucional del Mercosur: el rol de los parlamentos. In: *Los rostros del Mercosur: el difícil camino de lo comercial a lo societal*. In: SIERRA, Geronimo de (Org.). **Los rostros del Mercosur: el difícil camino de lo comercial a lo societal**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- CAMARGO, S. Mercosul: crise de crescimento ou crise terminal? **Lua Nova**, Sao Paulo, 2005, n.d.
- CASANOVA, P. G. O Imperialismo, hoje. **Revista Tempo**, Niterói, v. 9, n. 18, jan./jun. 2005.
- CERVO, A. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- COMISSAO PARLAMENTAR CONJUNTA**. Mercosul: textos básicos e legislação. Brasília, Senado Federal, 2000.
- DRAIBE, Sonia. Coesão social e integração regional: a agenda social do MERCOSUL e os grandes desafios das políticas sociais integradas. **Cadernos de Saúde Publica**, Rio de Janeiro, 2005.
- DUMÉNIL, G; LÉVY, D. Neoliberalismo - neoimperialismo. **Revista Economía e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 1, abr. 2007.
- GUIMARÃES, S. P. **Quinhentos anos de periferia**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRGS/Contraponto, 2000.
- KURZ, R. **Os Últimos Combates**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MONNET, Jean. **Memórias**. Brasília: EdUnb, 1986.
- PEÑA, Felix. El desarrollo institucional del Mercosur. In: **Comunidad Andina y Mercosur**. Ministério de Relaciones Exteriores de Colômbia, 1998.
- VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, integração e processo negociador. A construção do Mercosul**. Brasília: IBRI, 2002.
- _____. Mercosul aos dez anos? Crise de crescimento ou perda de identidade? **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 44, n. 1, 2001, pp. 43-54.

VENTURA, Deisy. ***As assimetrias entre o Mercosul e a União Européia: os desafios de uma integração inter-regional.*** Barueri: Manole, 2003.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo. Democracia e atores políticos no Mercosul. In: SIERRA, Geronimo de (Org.). ***Los rostros del Mercosur: el difícil camino de lo comercial a lo societal.*** Buenos Aires, CLACSO, 2001.

Recebido em Setembro de 2012.

Publicado em Janeiro de 2013.